

A decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro no contexto da ditadura empresarial-militar e a crise da difusão da crítica marxista

Theo Martins Lubliner¹
Henrique Tahan Novaes²

160

Resumo

O presente artigo tem como objetivo descrever o processo de ideologização do pensamento econômico brasileiro iniciado pela ofensiva da ditadura empresarial-militar e que tem se materializado hoje tanto no neoliberalismo stricto sensu como em suas variantes, como o caso do chamado neodesenvolvimentismo, bem como apontar os desafios do marxismo para se consolidar como a superação positiva da Economia Política Brasileira.

Palavras-chave: Ideologia; Pensamento Econômico Brasileiro; Ditadura Militar; Desenvolvimentismo. Marxismo.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo describir el proceso de ideologización del pensamiento económico brasileño iniciado con la ofensiva de la dictadura empresarial-militar y que se ha materializado hoy tanto en el neoliberalismo stricto sensu como en sus variantes, como es el caso del llamado neodesarrollismo, así como señalar los desafíos del marxismo para consolidarse como la superación positiva de la Economía Política Brasileña.

Palabras clave: Ideología; Pensamiento Económico Brasileño; Dictadura Militar; Desarrollismo; Marxismo.

Abstract

This article aims to describe the process of ideologization of Brazilian economic thought initiated by the offensive of the business-military dictatorship and which has materialized today both in stricto sensu neoliberalism and in its variants, such as the case of the so-called neodevelopmentalism, as well as pointing out the challenges of marxism to consolidate itself as the positive overcoming of the Brazilian Political Economy.

Keywords: Ideology; Brazilian Economic Thought; Military Dictatorship; Developmentalism; Marxism.

¹ Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Doutor em Educação pela UNESP, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) | theolubliner@gmail.com

² Professor e coordenador do Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP/Marília. | hetanov@gmail.com



Introdução

Karl Marx e Friedrich Engels foram os primeiros autores a se ocuparem do estudo sobre o processo de “decomposição” da Economia Política enquanto ciência burguesa que teria ocorrido pela transição do ciclo histórico da burguesia enquanto uma classe revolucionária – encerrado em 1848 – para uma classe conservadora (NETTO, 2020).

Entre os autores marxistas que se aprofundaram nessa temática – como Rosa Luxemburgo (2019[1908-1918]) e Issac Rubin (2014[1926]) – György Lukács cunhou o conceito “decadência ideológica da burguesia” para representar o desmonte de todo o pensamento burguês, sobretudo o científico que se constituía enquanto a sua principal arma ideológica³. Segundo Lukács (2010[1934]), o processo de decadência ideológica levou os(as) pensadores(as) de origem burguesa aos seguintes desfechos: à simples submissão apologética, no caso da grande maioria; ao fracasso trágico daqueles dotados de grandes qualidades mas incapazes de enfrentar intelectual e moralmente as contradições impostas pelo aguçamento da luta de classes; ao choque de ideólogos honestos com sua própria classe e o que levou ou não a uma adesão consciente à luta proletária; e, em casos mais raros, à ruptura completa intelectual e moralmente, levando a posições radicais e revolucionárias.

No campo da economia a síntese do processo de decadência ideológica da Economia Política foi a teoria neoclássica do final do século XIX e que representou a tentativa de justificação do domínio burguês diante das sucessivas crises e ebulição da luta de classes. Ainda que em meados do século XX tenham ganhado importância as formulações keynesianas para a burocracia do Estado capitalista administrar suas crises, ela representou apenas um sobre fôlego diante do avassalador neoliberalismo que, como

³Nos termos de Lukács, já no início do século XX, “*No período de ascensão [da ciência burguesa], as grandes descobertas científicas – de Copérnico a Darwin – foram importantes momentos da transformação revolucionária da consciência das massas. Hoje, ao contrário, as grandes descobertas da ciência moderna nos países capitalistas afirmam-se quase sempre passando pelo filtro da filosofia reacionária. Se elas são popularizadas e penetram na consciência das massas, isto não ocorre sem que sejam deformadas num sentido relativista e idealista. O relativismo, a luta contra a aplicação do princípio de causalidade (substituído pela probabilidade estatística), o “desaparecimento” da matéria: tudo isto é utilizado em larga escala visando difundir um relativismo niilista e um misticismo obscurantista.*” (2010[1934], p.120)



pura ideologia, aproximou-se do negacionismo científico – o mais alto grau da vulgaridade – se tornando não só a Economia da miséria mas também a miséria da Economia.

Por outro lado, como contradição desse processo de decadência, assistiu-se ao florescimento do marxismo como a ciência da nova classe revolucionária, o proletariado. Isso porque, enquanto a burguesia abandonava gradativamente sua bandeira revolucionária de liberdade, igualdade e fraternidade, parte dos escritos da Economia Política passaram a ser apropriados pelo proletariado para denunciar o fato de que a exploração passou a ser também exercida pelos burgueses sobre eles dado que a origem da exploração estava na propriedade de todos os meios de produção e não só da terra. Daí em diante ganhou corpo o marxismo não só pelas novas elaborações teóricas mas pela sua capacidade de alterar os rumos da História.

Pode-se dizer que o pensamento econômico brasileiro sofreu processos e desfechos semelhante aos vistos no restante do mundo, porém, de uma forma *sui generis*. Isso porque, como já consolidado na literatura especializada, o capitalismo brasileiro se desenvolveu com características próprias mas sob comando imperialista. O pensamento econômico brasileiro, que não haveria de contrariar a dinâmica geral da luta de classes, foi fundamentado na ideologia do desenvolvimento difundida após a Segunda Guerra Mundial e em ideologias neoliberais e ultraliberais a partir dos anos 1990, conforme veremos nas próximas seções.

A origem do pensamento econômico brasileiro

A Economia Política teria começado a ser difundida no Brasil ainda no período colonial na virada do século XVIII para o XIX (ROCHA, 1993). No entanto, diferente do que ocorria na Europa, as contribuições econômicas para a ampliação da riqueza nacional foram recebidas e reformuladas de dentro do Estado aristocrático e não por uma burguesia ascendente. Ao depositarem nas teses de Adam Smith a chave para o progresso material, os letrados da colônia passaram a difundir as suas ideias como instrumento necessário à qualificação de uma nova estrutura burocrática que se formava com a chegada da família real à colônia em 1808. Assim, enquanto na Europa a Economia Política era a ciência da burguesia que fazia frente à



aristocracia, no Brasil, ela se tornou a “ciência” da monarquia dentro da colônia, onde a burguesia e o trabalho assalariado eram ainda incipientes.

Distorcendo os escritos sobre o entrave causado pela classe rentista e sobre a importância da indústria e do assalariamento para o progresso material no modo de produção capitalista, José da Silva Lisboa (o visconde de Cairu) fora o responsável pela transformação do arcabouço teórico da Economia Política em um simples instrumento técnico para qualificação da burocracia ilustrada do governo. Foi, portanto, de forma mimetizada mas *sui generis*, que as ideias econômicas europeias foram difundidas no Brasil ao longo do Império e da Primeira República.

Seria somente no século seguinte, com o processo de industrialização que se iniciou a partir da década de 1930, que se intensificaria a necessidade de um entendimento mais complexo dos aspectos econômicos propriamente brasileiros, demandado, agora sim, por uma nascente burguesia. Em boa medida (pelo menos no campo intelectual) esse esforço foi influenciado pelas contribuições da Economia Política já que seus autores estavam empenhados em desenhar os caminhos para superação dos problemas da formação nacional, o que passava, necessariamente, pela questão da industrialização. Encabeçado por intelectuais preocupados em entender a história do Brasil, as raízes coloniais e a formação do Brasil-nação, esses debates tiveram figuras notáveis como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., conhecidos como a “geração de 30” e que desempenhou papel fundamental para a desmistificação da retórica liberal (CÂNDIDO apud HOLANDA, 1999).

Como consequência desse processo é que passou a surgir na década de 1940 um pensamento econômico propriamente brasileiro, ou a Economia Política Brasileira – EPB (MANTEGA, 1984), também como desfecho do desenrolar da história do pensamento econômico mundial e, mais especificamente, da ideologia do desenvolvimento (PRADO, 2020), e do turbulento início do século XX.

Com a grande depressão de 1929 o tema da intervenção estatal na economia deixava de ser exclusivo da economia soviética e se tornava obrigatório também às economias de mercado que quisessem participar das novas ondas de industrializações. Em razão disso, ganhava notoriedade pública a gestão econômica como objeto da ciência e a necessidade de formação de profissionais que dominassem o tema da administração pública e da economia. Sua manifestação no Brasil se deu já no primeiro governo



Vargas (1930-1945) que acelerou o processo de industrialização por substituição de importações, estruturando um parque industrial nacional, fortalecendo o mercado interno e possibilitando a ascensão de uma burguesia industrial que demandava um processo de formação e qualificação de profissionais que dessem respostas aos desafios impostos.

O principal intelectual desse processo foi Roberto Simonsen, um defensor do intervencionismo como meio de promover a industrialização sem romper com a ordem agroexportadora antes mesmo das teses keynesianas chegarem ao país. Segundo Mantega (1984), ele foi a grande figura que se opunha a Eugênio Gudín, Otávio Bulhões e Alexandre Kafka que simplesmente reproduziam as ideias neoclássicas importadas da Europa e dos EUA.

Apesar de já existirem na década de 1950 instituições de ensino de economia, o pensamento econômico propriamente brasileiro não havia sido forjado nos círculos acadêmicos, onde só se reproduzia o pensamento liberal neoclássico (BIELSCHOWSKY, 1991). Ele começou a ser gestado nas chamadas “escolas práticas” como a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), fundada em 1945, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), criada em 1948 pela ONU, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), de 1952.

Apesar de a palavra “desenvolvimento” ter começado a entrar nos debates públicos e nos discursos políticos após a Segunda Guerra Mundial, substituindo gradualmente a ideia positivista de progresso da década de 1930, seria somente a partir da década de 1950, graças à CEPAL⁴, que este conceito passaria a se hegemonizar no debate econômico brasileiro, se tornando “o centro de gravidade das disputas políticas e intelectuais [...] se firmando como horizonte utópico, em sintonia com o arcabouço ideológico que vinha se formando nos Estados Unidos no bojo da Guerra Fria” (PRADO, 2020, p.116).

⁴A CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas para promover o “desenvolvimento” dos países latino-americanos em contraposição ao modelo soviético de planificação econômica. Embora ela tenha sido montada com o objetivo de difundir a ideologia do desenvolvimento, sua análise tomou rumos próprios, afastando-se da perspectiva de dominação ideológica dos EUA e “produzindo uma verdadeira revolução teórica na discussão do problema do subdesenvolvimento” (FIORI em PRADO, 2020, pp.104-5).



A CEPAL teria então iniciado o debate crítico sobre o desenvolvimento nos marcos da Economia Política. Se, durante a primeira década do século XX prevalecia o debate sobre o crescimento econômico nos centros de estudos dos EUA e da Europa, na América Latina a CEPAL introduzia uma análise própria sobre esse território inaugurando o estruturalismo que incorporava os aspectos sociais e políticos ao debate (FURTADO, 1977).

O período da “controvérsia do subdesenvolvimento” deu início a um questionamento da ideia hegemônica do etapismo das teorias do desenvolvimento ao passar a perceber o subdesenvolvimento como *“um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”* (FURTADO, 2009 [1958], p. 161).

O Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953/55) que, com o objetivo de estudar a aplicação dos métodos de planejamento estrutural à economia brasileira (BIDERMAN *et al*, 1996), acabou fornecendo as bases para a elaboração do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek e do Plano Trienal de Desenvolvimento do governo João Goulart (CARDOSO, 1978). Foi graças às contribuições teóricas e às pesquisas da CEPAL que a teoria do desenvolvimento pela via da industrialização passou a se sobrepor às teorias da “vocalização agrícola” brasileira, ganhando notoriedade ao ser ressignificada pelos interesses da burguesia brasileira. Esta, que se via fragilizada desde a grande depressão da década de 1930, passou a ver possibilidades de acumulação na industrialização por substituição de importações de modo a aproveitar a necessidade e a estratégia de expansão do capital internacional via Investimento Direto Externo.

Esses estudos tiveram grande importância por equacionarem os problemas locais necessários à formulações estratégicas alternativas à ordem liberal que reinava na ideologia do desenvolvimento. Foi graças ao seu corpo de *“estatuto científico”*, conquistado *“através das constatações e projeções que faziam”*, que elas puderam exercer *“influência nas definições ideológicas, na articulação das relações de forças no período e, conseqüentemente, na programação governamental”* (CARDOSO, 1978, p.384).

Apesar do grande avanço no debate sobre a realidade brasileira, o viés reformista da CEPAL não permitia avançar em termos da teoria do valor-trabalho e das contradições entre capital e trabalho ao ponto que Marx já havia chegado. Assim, ficaram presos às indefinições dos clássicos da



economia política e de uma suposta potencialidade do desenvolvimento da América Latina. Ao invés de constatar a evidente exploração preferiam crer na possibilidade de conciliação e colaboração entre as classes sociais, numa suposta “dialética do desenvolvimento”. Nesse quadro teórico, a ideia de exploração ocorria somente quando os trabalhadores eram remunerados abaixo do seu nível de subsistência e não em todo o processo de produção de mais-valor. Assim, o problema consistia na baixa remuneração que ocorria em um ciclo vicioso com a baixa produtividade do trabalho. (MANTEGA, 1984)

Essa idealização sobre o processo de desenvolvimento só era possível porque, assim como os clássicos humanistas, para os cepalinos o Estado era entendido como uma entidade relativamente neutra, com uma racionalidade própria gerida por uma burocracia capaz de sobrepor os interesses nacionais aos interesses de classe. Esse equívoco teve que ser corrigido quando o desenvolvimento capitalista brasileiro demonstrou sua capacidade de se industrializar e crescer com concentração de renda, ainda que com baixos níveis de produtividade e sub-remuneração de trabalhadores.

Assim como a CEPAL, o ISEB, criado em 1955, teve uma relevância fundamental para o pensamento econômico brasileiro, mesmo após o seu fechamento pela ditadura empresarial-militar em 1964, já que forjou e formou uma série de intelectuais e influenciou diretamente o governo JK. Entretanto, ainda que compartilhasse de alguns dos pressupostos do nacional-desenvolvimentismo com a CEPAL (notadamente aqueles que definem a ideologia do desenvolvimento), o ISEB era muito mais eclético e, em sua formação, contou com um quadro consultivo bastante heterogêneo⁵.

Foi no ISEB que Nelson Werneck Sodré, que representava a “ala mais radical”, apresentou as causas do baixo nível de vida da sociedade brasileira

⁵“No momento de sua formação o ISEB contou em seu quadro consultivo com importantes intelectuais, cujo pensamento era díspar e variado, tais como Anísio Teixeira, Roberto Campos, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Calmon, Augusto Frederico Schmidt, Sérgio Milliet, Miguel Reale, Horácio Lafer, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, Heitor Villalobos e San Tiago Dantas. No início, a direção do Instituto ficou a cargo de Roland Corbisier e como responsáveis pelos departamentos específicos se encontravam Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Ewaldo Correia Lima (Economia), Cândido Mendes (História), Hélio Jaguaribe (Ciência Política) e Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia), intelectuais estes que, junto com Nelson Werneck Sodré, deram a linha geral do instituto, a ponto de ficarem posteriormente conhecidos como os “isebianos históricos”. (PRADO, 2020, p.124)



como consequência do latifúndio atrasado e do imperialismo. Nesse sentido, a principal tarefa para a construção do Brasil-nação seria a liquidação total do passado colonial para conseguir iniciar uma fase de desenvolvimento capitalista. Daí surgiria a formulação da tese sobre o semi-feudalismo brasileiro que sedimentou a estratégia democrático-nacional (ou modelo democrático-burguês, como chamou Mantega, 1984) que guiaria a luta de socialistas e comunistas no país até pelo menos a década de 1960.

A decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro

167

Enquanto as “escolas práticas” constituíam a EPB e eram importantes centros de formação de intelectuais e quadros para os órgãos públicos, as instituições formais de ensino de economia simplesmente reproduziam o pensamento neoclássico. Acontece que, após o golpe empresarial-militar, elas passaram a assumir o papel de únicas difusoras das ciências econômicas no Brasil graças à ignorância dos militares, ao exílio de pensadores críticos e ao prestígio de alguns economistas liberais que ocupavam cada vez mais cargos como gestores públicos, ditando os rumos das políticas econômicas.

Se, por um lado, o debate econômico nas “escolas práticas” encontrava seu ápice na questão desenvolvimentista e na problemática da formação nacional, por outro, no ambiente acadêmico os estudos econômicos circundavam o pensamento liberal e conservador. Desde muito cedo, estudiosos da economia foram enviados a universidades europeias e estadunidenses para formar o novo quadro de professores dos cursos superiores de economia no Brasil. Assim, junto aos seus diplomas eles poderiam trazer também um projeto tecnicista e economicista de ensino para as universidades e para as ciências econômicas, se tornando mais uma janela de entrada da ideologia do desenvolvimento pela ótica liberal, criando o que Furtado (2005[1959]) chamou de “inibição mental” pelo mimetismo teórico praticado por alguns desses intelectuais.

Esse processo se aprofundou após o golpe de 1964. Durante a década de 1960, além das reformas universitária e curriculares implementadas nos cursos de ciências econômicas, grande parte dos docentes dos cursos superiores em economia que haviam feito pós-graduação com bolsas da CAPES e do CNPq nas universidades de Vanderbilt, Yale e Chicago (o berço do neoliberalismo), substituindo os professores críticos que haviam sido exilados.



Nesse sentido, o golpe de 1964 teria significado uma inflexão da constituição do pensamento econômico pelo desmonte da importância das “escolas práticas” e, portanto, do pensamento nacional-desenvolvimentista, marcando a supremacia dos “intelectuais pragmáticos”, adeptos da “estratégia” do desenvolvimento dependente e da influência direta do pensamento estadunidense em detrimento da originalidade da EPB que vinha se consolidando. Esse processo contínuo de incorporação de teorias e práticas metodológicas associado ao imperialismo significou a consolidação do colonialismo cultural no campo das ciências econômicas e, nesse sentido, a primeira fase de sua decadência ideológica.

Entre as grandes figuras que lideraram esse processo de hegemonização estavam Roberto Campos e Otávio Bulhões, além de Mário Henrique Simonsen pela CONSULTEC – um importante “anel burocrático empresarial” no Rio de Janeiro –, e Delfim Netto e os “delfim boys” na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e no Instituto de Pesquisa Econômica que foi fundado em 1964 com recursos financeiros e assessoria da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Fundação Ford. Mais tarde, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o BID e a Organização dos Estados Americanos (OEA) passaram a receber bolsistas brasileiros que, ao voltarem formados ao Brasil, dirigiam-se a instituições de ensino superior, ministérios e ao BNDE. (LUBLINER, 2017)

As raras exceções ao que vinha ocorrendo com as instituições de ensino superior e que possuíam destaque foram os institutos de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Brasil) e da recém criada Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que incorporaram discípulos das “escolas práticas” que não haviam sido exilados ou se “autoexilado” em seus campus universitários. Porém, essas tampouco ficaram imunes do revisionismo conservador do nacional-desenvolvimentismo, próprio da decadência ideológica do pensamento econômico.

No final da década de 1960, quando o processo de industrialização subdesenvolvida já dava sinais de sobrevida e se mostrava insuficiente para resolver os problemas civilizatórios e a questão do subdesenvolvimento, alguns membros, ex-alunos e discípulos da CEPAL – que Mantega (1984)



chamou de “herdeiros do modelo de substituição de importações”⁶ –, inspirados pelo rápido crescimento da economia brasileira diante da crise do projeto nacional-desenvolvimentista, iniciaram um processo de revisão teórica que marcaria a transição para um “modelo autossustentado de crescimento”. Nesse período, ganhava notoriedade também na EPB a temática da dependência impulsionada por um debate crítico (em especial da crítica marxista) mas que rapidamente seria sobreposto por um revisionismo conservador.

Os livros *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970) de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso (FHC), e *Além da Estagnação* (1971) de José Serra e Maria da Conceição Tavares, representaram os marcos iniciais dessa revisão ao retirarem a superação do subdesenvolvimento do centro do debate sobre o desenvolvimento nacional como haviam feitos os teóricos da CEPAL, buscando caminhos, por dentro da ordem, de “como se desenvolver”, dando sobrevida à ideologia do desenvolvimento no espectro à esquerda, ainda que o clima já fosse de que o desenvolvimento havia se revelado um mito⁷.

A “teoria da dependência” de Faletto e Cardoso se apoiava na ideia de que os bloqueios ao desenvolvimento estavam colocados, em primeira instância, pela correlação de forças internas ao país e somente em última instância pelo imperialismo, excluindo a premissa cepalina de incompatibilidade histórica entre dependência e desenvolvimento. Portanto, se eliminada a necessidade de superação dos nexos de dependência, a “nova estratégia de desenvolvimento” pautava-se na ideia de que os países dependentes precisariam se associar ao capital internacional para impulsionar sua industrialização. Essa visão, porém, superestimava o grau de autonomia relativa das economias periféricas e sua capacidade de absorver e controlar, internamente, o ritmo e a intensidade da dinâmica capitalista. De acordo com essa nova perspectiva, não seria mais o capital estrangeiro na forma de investimento direto que deveria se ajustar às determinações e

⁶Mantega (1984) coloca como “herdeiros do modelo de substituição de importações”, além de Maria da Conceição Tavares, Paul Singer pelo seu debate sobre os ciclos conjunturais e Luiz Carlos Bresser-Pereira pela sua análise sobre a nova classe média.

⁷Em 1974, Celso Furtado, o principal nome brasileiro de difusão do nacional-desenvolvimentismo, fazia um acerto de contas com o processo de industrialização por substituição de importações em seu livro *O mito do desenvolvimento econômico*. Nele, Furtado, ao contrário dos revisionistas, demonstra sua total descrença no desenvolvimento nos marcos do capitalismo dependente.



necessidades da sociedade brasileira, mas o contrário. Assim, a tarefa do Estado nacional se resumiria em criar condições para que esse capital internacional optasse por se instalar em território nacional.

Essas teses, porém, não haviam sido escritas somente em resposta à crise do nacional-desenvolvimentismo e da industrialização por substituição de importações mas também às teses sobre a dependência que começavam a ser elaboradas no campo marxista por autores exilados.

Essa teoria de Faletto e Cardoso que contrapunha-se à vertente marxista, acabou se hegemonizando no campo "crítico" não só por soar agradável às classes dominantes e ao capital internacional em consonância com a ideologia do desenvolvimento, mas pela insistente investida por boicotar a possibilidade de se fomentar esse debate crítico em território nacional.

Já o texto *Além da Estagnação* foi o responsável por contestar o diagnóstico sobre uma tendência dos países subdesenvolvidos à estagnação econômica pela existência da concentração da renda e de uma superpopulação excedente. Inspirados pelo "milagre econômico" que havia conseguido conciliar, por poucos anos, crescimento e concentração de renda, os autores concluíam que, de acordo com o novo padrão de acumulação capitalista, era possível haver crescimento econômico sem distribuição do excedente social. Nos termos de Mantega, apesar de terem captado as condições internas que precederam o processo de industrialização, esses autores subestimaram a dinâmica social própria das relações de produção capitalistas e superestimaram as consequências de um "impulso do mercado consumidor" (1984, p.127). Não por acaso, alguns anos após esse texto, Tavares e Serra diriam que a concentração de renda era socialmente perversa mas funcional ao crescimento econômico (BIELSCHOWSKY & MUSSI, 2005), concordando com a velha tese neoclássica, regredindo em relação ao avanço que as teses nacional-desenvolvimentistas haviam significado para a EPB.

Ainda que não intencionalmente em um primeiro momento, esses autores passaram a desvincular o debate sobre a erradicação da pobreza como condição econômica necessária à superação do subdesenvolvimento, considerando-a uma questão simplesmente moral, associada apenas ao anacronismo herdado do período colonial. Supôs-se, assim, que essa superpopulação marginalizada não era condição necessária à perpetuação do subdesenvolvimento capitalista na periferia mas um simples resíduo



histórico. Nesse sentido, esses textos começaram a estabelecer o divórcio entre acumulação e distribuição do excedente social, marcando uma ruptura em relação ao modo de interpretar as contradições entre o desenvolvimento nacional e as heranças do período colonial, contribuindo para a perpetuação da ideologia do desenvolvimento na EPB. Ao reduzir a discussão do desenvolvimento nacional a uma questão pura e simples de dinâmica capitalista, ou seja, de crescimento, acumulação e “modernização”, e ao confundir desenvolvimento capitalista com desenvolvimento nacional, essa releitura retrocedeu sua análise ao ocultar os problemas estruturais associados ao subdesenvolvimento que já estavam presentes na análise nacional-desenvolvimentista original.

Como desdobramento dessas teses revisionistas conservadoras, enquanto *“no interior da Cepal, a crítica abriu espaço para a cristalização do neo-estruturalismo – o braço latino-americano do neoliberalismo; no Brasil, a tradição cepalina metamorfoseou-se na perspectiva do capitalismo tardio – uma defesa da industrialização capitalista retardatária”* (SAMPAIO JR., 1997, p.39).

A aceitação por parte dos revisionistas da agora “Nova CEPAL” de que a industrialização não seria mais possível nos países periféricos levou a um completo abandono dos planos por realizá-la. A nova “estratégia de desenvolvimento” agarrava-se ao diagnóstico de que a ordem econômica mundial havia aberto nichos de mercados (as famosas “janelas de oportunidades”) onde os países periféricos poderiam obter ganhos de competitividade e, assim, combater o problema da equidade. A ideologia do desenvolvimento cumpria assim o seu papel original e fundamental ao renovar o desenvolvimento como horizonte utópico (cada vez mais distante) promovendo agora sim uma aceitação passiva da ordem, uma vez que a estabilidade (isto é, a inflação controlada) se transformou em condição básica necessária ao crescimento econômico.

Já a sobrevida do desenvolvimento como horizonte alcançável se fez pela perspectiva do capitalismo tardio que teve como tese inaugural o texto *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira* (1975) de João Manuel Cardoso de Mello. Este representou uma mudança na forma de explicar a trajetória da industrialização nas economias de origem colonial ao reconstruir a história econômica dos países latino-americanos a partir do nascimento e do desenvolvimento de “capitalismos tardios”.



Essa tese formou a base da perspectiva do capitalismo tardio que seria ainda composta por uma série de outros escritos⁸ que renovariam a ideologia do desenvolvimento através da sofisticação da análise da EPB com a incorporação de obras de autores renegados pelo debate hegemônico como Karl Marx, Rudolf Hilferding, Josef Steindl, Joseph Schumpeter, Mikail Kalecki e mesmo John Maynard Keynes (PRADO, 2020). Porém, ao adotarem determinada periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, as teses da perspectiva do capitalismo tardio acabaram concluindo que esse país havia finalizado sua revolução industrial – alcançando os “desafios” impostos pela Segunda Revolução Industrial a partir dos “cinquenta anos em cinco” do Plano de Metas – e autodeterminado seu padrão de acumulação com a implementação da indústria de bens de capital.

Essa perspectiva acabou subestimando tanto a força de destruição criadora da inovação em favor de uma suposta capacidade do Estado em promover o desenvolvimento tecnológico através de políticas econômicas capazes de atrair capital, investimentos e novas tecnologias, como o grau de autonomia dessas economias dependentes para realizá-las. A ênfase nos obstáculos técnicos e financeiros que bloqueavam o acesso à tecnologia, além de abstrair outros fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento, desconsiderava a incerteza estrutural decorrente da crescente mobilidade do capital em uma economia mundial cada vez mais globalizada. Aliada a essa ideia e baseando-se na noção de que o mercado interno havia se tornado espaço estratégico de concorrência capitalista internacional, a crença de que a constituição da indústria de bens de capital seria capaz, por si só, de

⁸Em definição sobre a perspectiva do capitalismo tardio, Sampaio Jr. escreveu: *“Estamos agrupando na perspectiva do capitalismo tardio um conjunto de autores que têm uma visão comum sobre o processo de industrialização, compartilhando o mesmo conceito de industrialização, a mesma forma de interpretar os fatores internos e externos responsáveis pelo movimento da economia brasileira e a mesma periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, periodização que os levou a concluir de que o Brasil havia concluído a revolução industrial e autodeterminado seu padrão de acumulação. [...] Entre os trabalhos seminais da perspectiva do capitalismo tardio, cabe mencionar, CANO, W. - Raízes da concentração industrial em São Paulo, 1977; Idem. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970, 1985; AURELIANO, L. No limiar da industrialização, 1981; DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses, 1985; TAVARES, M.C.T. Acumulação de capital e industrialização no Brasil, 1985; TAVARES, M.C.T. - Ciclo e Crise, 1978; LESSA, C. A estratégia de desenvolvimento (1974-1976): sonhos e fracassos, 1978; BELLUZZO, L.G.M., COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil, 1982 e 1983, 2v” (SAMPAIO JR., 1997, p.49-50).*



resolver os problemas sociais brasileiros, acabou esvaziando a ideia de uma Revolução Democrática como condição indispensável para o desenvolvimento capitalista nacional, ocultando os mecanismos que garantiam a perpetuação do capitalismo dependente⁹. Além de marcar uma resignação teórica dos interesses nacionais aos desígnios do capital estrangeiro que já comandava o núcleo estratégico da industrialização nos países periféricos e reduzir o conceito complexo de subdesenvolvimento às ideias simplistas de pobreza e atraso, passou-se a excluir, gradativamente, a necessidade de reformas estruturais profundas que mudassem radicalmente a estrutura social no Brasil.

A perspectiva do capitalismo tardio acabou levando às últimas consequências o movimento de revisão das teses nacional-desenvolvimentistas. O resultado, em um primeiro momento, foi reduzir o debate do desenvolvimento econômico à capacidade do Estado nacional em mobilizar capital para destiná-lo ao setor produtivo industrial. A crença nas virtudes da criação de uma indústria de bens de capital acabou deslocando a preocupação iniciada pela CEPAL de formação nacional para preocupações de cunho macroeconômico de como administrar as oportunidades abertas pelo capitalismo autodeterminado, como se a próxima tarefa histórica do país fosse buscar formas de financiamento para sobrepujar o atraso tecnológico e criar condições para melhorar os padrões de consumo do conjunto da população. Além disso, ignorou-se o debate sobre o imperialismo, abordando a economia e o Estado brasileiros apenas em suas

⁹Esse aprofundamento do movimento revisionista levou à ideia de que não havia ligação direta entre o problema da marginalidade social e o processo de industrialização levado a cabo até então, entrando em choque direto com a tradição cepalina de integração da superpopulação excedente no mercado de trabalho como pré-requisito para a constituição de um sistema econômico nacional. Assim, o debate a respeito da população excedente deixou de ser importante, uma vez que o investimento e os gastos do governo poderiam cobrir essa demanda por trabalho. “A premissa subjacente é que a industrialização pesada tenderia a absorver gradualmente a superpopulação excedente e que a geração de escassez relativa de trabalho no segmento formal criaria condições para aumentos sistemáticos de salário real” (SAMPAIO JR., 1997, p.51-52). Reduzindo a questão das assimetrias do mercado à problemática da demanda efetiva – categoria estabelecida para tratar de questões de curto prazo caracterizada pela presença de capacidade ociosa em economias abundantes que sobredetermina o multiplicador da renda – ocultou-se uma das principais problemáticas do capitalismo retardatário já explicadas por Furtado: a incapacidade de generalizar os padrões de consumo dos países centrais na periferia.



especificidades, sem relacioná-los ao desenvolvimento do sistema interestatal capitalista (PRADO, 2020).

Se, na prática, a perspectiva reformista do capitalismo tardio foi confrontada e derrotada pela dura realidade política durante o Plano Cruzado, como uma superação negativa do nacional-desenvolvimentismo¹⁰ ela contribuiu ainda mais para a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.

A partir da década de 1980, à exceção do esforço dos herdeiros da crítica marxista da Economia Política, dos fiéis defensores do nacional-desenvolvimentismo extemporâneo e daqueles que insistiam em negar que o modelo de industrialização adotado aprofundou a dependência (tecnológica e financeira) e o subdesenvolvimento (aumento da pobreza e da miséria, expropriações das populações camponesas, inchaço de grandes cidades, aumento da violência etc.), o debate sobre o desenvolvimento econômico e da dependência nos meios intelectuais e institucionais foi perdendo força. Como fruto do domínio mundial do pensamento neoclássico e como consequência da decadência ideológica da EBP, hegemonizava-se o ideário neoliberal reducionista sobre maior ou menor participação do Estado na economia a fim apenas de controlar a inflação, fechar o balanço de pagamentos e promover o crescimento econômico. Nesse período, enquanto a temática da dependência foi simplesmente abandonada, já que ela havia se tornado uma “não-questão”, o termo “países subdesenvolvidos” foi sendo gradativamente substituído por “países emergentes” ou por “países em desenvolvimento” já que, ao menos no plano lógico, o desenvolvimento já havia sido alcançado com o processo de industrialização.

Como desdobramento disso, da rápida tragédia social que significaram as políticas neoliberais na década de 1990, e um *boom* de crescimento econômico mundial, surgiu nos anos 2000 a ideia de um

¹⁰Se é possível falar em uma superação negativa, pode-se dizer que a superação positiva do nacional-desenvolvimentismo (mas, vale dizer, não da EPB), se deu por Francisco de Oliveira, em *Crítica à Razão Dualista* (1973), e por Celso Furtado no já citado *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974). Oliveira ao evidenciar a relação dialética e não dualista entre o moderno e o arcaico e Furtado ao reconhecer a impossibilidade de se superar o subdesenvolvimento nos marcos da dependência e que a industrialização não só resolveu os problemas sociais, como os aprofundou. Porém, “marginalizados”, ambos só deram sobrevida aos aderentes às teses nacional-desenvolvimentistas.



neodesenvolvimentismo¹¹. Essa ideia de um “novo desenvolvimentismo” foi cunhada por Bresser-Pereira e utilizada para explicar os governos Lula (2003-2010) na tese de doutorado de Aloísio Mercadante, defendida em 2010 na Unicamp. Nessa perspectiva, supostamente, o PT fazia uma releitura do nacional-desenvolvimentismo da velha CEPAL da década de 1950 mas com uma especificidade: a exportação de comódites exercia, agora, papel essencial para a geração de superávit no balanço de pagamentos para que esses recursos fossem revertidos em gastos sociais e produtivos e, quem sabe, para a industrialização.

Ocorre que, os aspectos “positivos” do desenvolvimentismo só podem ser garantidos em períodos muito específicos e favoráveis ao crescimento econômico como foram, em boa parte, os dois primeiros governos de Lula. Quando isso não foi mais possível (como ocorreu já no final do segundo mandato de Dilma), sobraram apenas os aspectos “positivos” do neoliberalismo, a real substância do modelo, já que esses nunca são alterados, inibindo qualquer política expansionista que permita a distribuição de migalhas ao povo, enquanto o grande capital acumula de forma desmedida independente da conjuntura. Por isso, *“toda a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal”* (SAMPAIO JR., 2019, p.102) já que não põe em questão o antagonismo de longo prazo entre ambos os aspectos “positivos”.

Por isso, se o nacional-desenvolvimentismo se mostrou uma *tragédia* histórica, o neodesenvolvimentismo tem se mostrado uma *farsa* própria do processo de decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Se, por um lado, o neodesenvolvimentismo possui todas as debilidades do nacional-desenvolvimentismo, por outro, não possui nenhuma de suas virtudes. Sua real função tem sido, simplesmente, estreitar o “horizonte utópico” do desenvolvimento que se transformou em uma ideologia tecnocrática, sem qualquer capacidade de mobilização das forças sociais por esse projeto (FIORI apud PRADO, 2020, p.170), arrastando assim o seu

¹¹Curiosamente, Marini já qualificava no final da década de 1970 as teses de Cardoso e Serra como neodesenvolvimentistas. Ele qualifica alguns dos “economistas progressistas” de neodesenvolvimentistas ao fazer uma crítica sobre a abordagem que vinha se fazendo sobre o desenvolvimento na América Latina a partir da recessão de 1974-1975 em seus textos *Las razones del neodesarrollismo* (1978) e *América Latina ante la crisis mundial* (1981)(PRADO, 2020, p.166)



projeto político da estratégia democrático-popular que havia sido forjada nas lutas das classes trabalhadoras nos anos de 1980¹².

A crítica marxista da Economia Política Brasileira

Pode-se dizer que o marxismo, enquanto uma doutrina, começou a penetrar no Brasil somente no início do século XX como desfecho das resoluções da III Internacional Comunista iniciada em março de 1919 e pela fundação do Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista (atual PCB) em 1922¹³. Abriu-se, assim, um canal direto da doutrina marxista, em especial pelas contribuições de Lenin¹⁴, que colocava especial ênfase na organização (o Partido), na sua estrutura e na perspectiva sobre o processo de formação política e de consciência de classe, o que perpassava pela criação de uma imprensa sólida, pela publicação de jornais e revistas. Assim, o marxismo, distante dos espaços formais e acadêmicos, adentra no Brasil diretamente relacionado à prática e à ação revolucionária.

Na década de 1930, apesar das recorrentes ofensivas da ditadura de Vargas, o PCB passou a publicar o jornal *A Classe Operária*, difundindo o marxismo não só ao operariado mas também entre estudantes, militares, intelectuais e artistas. Nesse bojo que, como forma de combate ao fascismo, fundou-se a Aliança Nacional Libertadora que reuniu comunistas a outros democratas e simpatizantes socialistas. Nesse período ampliaram-se ainda

¹²Nos termos de Sofia Manzano, *“Apesar de festejados por amplos setores progressistas da sociedade, principalmente por aqueles autodenominados neodesenvolvimentistas, as perspectivas apontadas por essa nova escola não alcança sequer os postulados dos socialistas fabianos do final do século XIX, quando abandonaram a perspectiva revolucionária para concentrar na reforma do capitalismo. O conteúdo moral, além da baixa eficácia das políticas apresentadas, o arcabouço teórico agora exaltado representa muito mais um poderoso instrumento ideológico de contenção da luta de classes, não em termos da redistribuição do produto, como queriam os antigos reformistas, mas em criação de instrumentos de convencimento de que é possível, e até desejável, a convivência de diferentes padrões de bem-estar, com um forte conteúdo subjetivo.”* (2021, p.25)

¹³O Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista – nome de registro, era chamado de Partido Comunista do Brasil e utilizava-se a sigla PCB. Em 1961 o seu Comitê Central rebatizou o partido de Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB.

¹⁴Muitos textos de Lenin chegaram ao país antes mesmo dos do próprio Marx.



mais as publicações, como boletins sindicais e estudantis, revistas culturais, além de inúmeros jornais diários.

Com a hegemonização do stalinismo após a Segunda Guerra Mundial, as publicações limitavam-se a traduções de textos estrangeiros, em sua maioria soviéticos, distanciando-se das discussões teóricas sobre os problemas brasileiros. Além disso, boa parte dos principais quadros do PCB ia se formar na Escola de Formação Política para Quadros da URSS, conhecida como Escola Superior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Apesar da grande eficiência e do impacto de difusão do marxismo e multiplicação de militantes no país durante as décadas após o surgimento do PCB (de 1945 a 1947 saltou de menos de 7 mil filiados a mais de 200 mil), até a pelo menos a década de 1960 a formação política do PCB ficava subordinada a apenas uma linha de ação (IASI, 2004, p.7).

Até esse período era feita uma leitura "etapista" sobre as teses de Lenin e Manabendra Nat Roy na III Internacional para os países coloniais e atrasados sobre a necessidade de aliança entre o nascente proletariado e a burguesia industrial para o desenvolvimento das forças produtivas e de implementação de liberdades democráticas básicas. Entretanto, mesmo em seu livro *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* de 1905, onde Lenin propôs a revolução democrático-burguesa para a Rússia czarista, ainda que apontasse uma estratégia de promover liberdades democráticas viáveis numa sociedade burguesa como o sufrágio universal e a organização sindical e partidária, ele nunca defendeu que esse processo devesse promover os interesses econômicos da burguesia e, muito menos, que ele fosse conduzido por esta classe. Além disso, as teses de Lenin reconheciam a diversidade colonial e recomendavam a autodeterminação das nações e que cada partido comunista deveria elaborar sua estratégia revolucionária a partir de suas peculiaridades, desaconselhando qualquer leitura mecanicista e economicista. (MANTEGA, 1984)

Além da estrutura social e das relações de produção no Brasil serem muito diferentes da russa, o processo de condução da industrialização nesse país estava sendo feito pela ditadura do proletariado e não por uma burguesia industrial e nacionalista. Foi por esse entendimento economicista que seria facilitada uma posterior adequação à ideologia do desenvolvimento por parte dos comunistas.



Com o fim da Segundo Guerra Mundial e da ditadura de Vargas em 1945, e pelo avanço das liberdades democráticas no mundo capitalista e do socialismo no cenário internacional, ganhavam maior força na década de 1950 as ideias social-democratas da possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo.

Soma-se a isso o relatório de Nikita Khrushchov no XX Congresso do PCUS, exigindo algum tipo de retratação dos partidos comunistas sobre os crimes cometidos no período anterior. No Brasil foi publicada a Declaração de Maio em 1958 em que o PCB faz uma autocrítica a respeito do dogmático e do sectarismo stalinistas. Nesse documento, em uma clara adesão às ideias social-democratas, agora com o partido na legalidade, reafirmou-se a necessidade de se promover o desenvolvimento capitalista local baseado na industrialização e no fortalecimento da burguesia nacional, além de incluí-la, em papel de destaque, na frente revolucionária; declarou-se apoio à ala nacionalista do governo JK, que estaria levando esse processo a cabo; e a substituição da estratégia revolucionária da luta armada – que vinha ganhando peso nos debates internos – pela via da legalidade democrática e constitucional. (MANTEGA, 1984)

A publicação dessa Declaração demonstrou uma adequação passiva às teses nacional-desenvolvimentistas a partir da década de 1950, quando se consolida a estratégia democrático-nacional¹⁵. Já sob influência das teses isebianas, essa estratégia consistia em lutar contra o latifúndio (a suposta faceta semi-feudal no país) e o imperialismo estadunidense que eram os entraves ao desenvolvimento capitalista e à consolidação da nação, uma vez que barravam a ascensão de uma burguesia industrial vista como necessária ao desenvolvimento das forças produtivas que, por sua vez, seria uma etapa necessária à construção do socialismo. Nessa leitura, os interesses da burguesia e do proletariado se misturavam pela existência de inimigos em comum, ficando as divergências entre essas classes em segundo plano, concluindo-se sobre uma necessidade de aliança tática. Na prática, portanto, essa estratégia se assemelhava à da CEPAL em que a prioridade seria viabilizar a qualquer custo a industrialização, ainda que na essência os objetivos fossem diferentes. Apesar de o horizonte ser o socialismo (o que o

¹⁵Segundo Mantega (1984, p.195), a Instrução 113 da SUMOC de janeiro de 1955, provocou uma certa confusão sobre o caráter nacionalista da burguesia pois esta, incomodada com a facilidade de importação de equipamentos apenas por empresas estrangeiras, teria protestado.



diferenciava da CEPAL e do ISEB), a revolução no Brasil não possuía ainda um caráter socialista e sim nacionalista e democrático, antifeudal e anti-imperialista, já que seria necessário “alcançar o desenvolvimento capitalista”, uma vez que esse seria ainda “incompleto” com relações de produção arcaicas e tipicamente feudais. Não percebiam, porém, que todas as conquistas sociais, trabalhistas e previdenciárias eram fruto da mobilização e da luta das classes trabalhadoras, todas elas ocorrendo à revelia da burguesia industrial, isto é, graças a pouca força dela no Parlamento e não o contrário.

A análise que havia gestado a estratégia democrático-nacional e a própria estratégia passaram a ser questionadas, promovendo os primeiros rachas no PCB. Já na década de 1950 começaram a surgir publicações independentes coordenadas por comunistas e que eram críticas às teses ainda vigentes no partido. Dentre essas iniciativas encontram-se as editoras Civilização Brasileira – que passou a traduzir e publicar textos clássicos de autores marxistas –, Brasiliense, Paz e Terra, e Zahar, que passaram a publicar textos com debates sobre problemas nacionais.

Além disso, durante a segunda metade da década de 1960, apesar da censura no país, adentravam importantes contribuições no campo marxista sobre diferentes temas e que haviam sido ignoradas, ocultadas ou boicotadas pela hegemonia stalinista, como de Trótski (e da IV Internacional), Luxemburgo, Gramsci, Lukács etc., e que passaram a arejar o pensamento crítico no Brasil¹⁶.

Ao longo da década de 1960, pela influência das revoluções chinesa e cubana e, sobretudo, pelo golpe empresarial-militar de 1964, as dissidências se ampliaram, principalmente pelos militantes que optaram pela luta armada já que o PCB não havia revisado sua estratégia, apostando em mobilizações de massa e em uma greve geral para barrar o regime autoritário. Em contraposição à postura social-democrata da estratégia democrático-nacional foram criadas outras organizações comunistas, sendo que alguns grupos reclamavam a fidelidade à concepção revolucionária original da III Internacional e contra a “desestalinização”, enquanto outras passaram a reivindicar as teses de Trótski da IV Internacional que, apesar de terem sido escritas no final da década de 1930, passaram a adentrar o país mais fortemente somente na década de 1960 por coadunarem com o fracasso da

¹⁶Cumpriu papel fundamental para essas traduções e publicações, sobretudo da sobras de Lukács e Gramsci, Carlos Nelson Coutinho e a Editora Civilização Brasileira.



estratégia democrático-nacional, visto o caráter conservador da burguesia brasileira e a sua aproximação de um regime fascista em sua associação com os militares. A tese central da IV Internacional para os países atrasados era de que não haveria qualquer possibilidade de acordo entre proletariado e burguesia para ganhos de liberdades democráticas, sendo necessário um programa para uma transição socialista de forma direta¹⁷. Além disso, a exploração colonial era o que permitia a existência do liberalismo burguês e democrático nos países ricos que podiam, assim, afrouxar a exploração de seus trabalhadores.

Também na década de 1960, em paralelo ao revisionismo das teses nacional-desenvolvimentistas, começaram a se desenvolver teses no sentido de uma superação positiva dessas que haviam contribuído para a estruturação da EPB. Apesar de Mantega (1984) enquadrar essas teses na própria EBP, mas como um “novo sistema analítico” chamado por ele de “modelo do subdesenvolvimento capitalista”¹⁸, elas representam uma inflexão ao começarem a romper com a ideia do desenvolvimento como horizonte utópico.

Nesse período, além de efervescência política, contou-se com uma renovação teórico-interpretativa que deu novo fôlego ao debate promovido no interior da EPB. As teses da IV Internacional sobre o capitalismo atraso e a superexploração do trabalho nas colônias e a ideia de desenvolvimento desigual e combinado, assim como as teorizações sobre as revoluções chinesa e cubana, passaram a influenciar fortemente as análises sobre o capitalismo brasileiro engessadas pela interpretação mecanicista da III Internacional que havia minguado após seu último congresso em 1935. Carecia-se de novas interpretações diante do notório fracasso da estratégia democrático-nacional.

Caio Prado Jr. foi o primeiro autor a contestar de forma contundente as teses isebianas do semi-feudalismo e que dominava o debate no campo da esquerda. Já no final da década de 1950 ele figurava entre os principais

¹⁷Trótski apoiava-se no exemplo chinês em que, após um acordo entre trabalhadores e burgueses para combater a invasão japonesa, a burguesia passou a perseguir e assassinar os comunistas.

¹⁸Segundo Mantega (1984), o Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista se assentava nas teorias do desenvolvimento do subdesenvolvimento de André Gunder Frank, da superexploração do trabalho e do subimperialismo de Ruy Mauro Marini, além das teses de Caio Prado Jr. sobre o capitalismo colonial.



autores que vinham rompendo com as análises predominantes no PCB, sendo um dos fundadores da Revista Brasileira em 1955.

Esse autor ocupou-se em mostrar que o Brasil havia se constituído, desde o período colonial, pelas relações de produção capitalistas, ainda que com formas contratuais que pudessem se assemelhar àquelas associadas ao feudalismo. Sua tese foi fundamental para se entender que o subdesenvolvimento se dava pelo próprio desenvolvimento capitalista e não por falta de capitalismo. Portanto, não caberia combater o semi-feudalismo para promover o desenvolvimento capitalista e sim lutar por uma Revolução Brasileira de caráter nacionalista que enfrentasse o capitalismo de vestígios coloniais.

Sua reflexão sobre a problemática do desenvolvimento nacional se colocava como alternativa tanto às teses do PCB (inspiradas na III Internacional), que defendiam a ideia de uma revolução antifeudal e anti-imperialista como única forma de sua superação, quanto às teorias clássicas da ideologia do desenvolvimento do pós-guerra que advogavam sobre a aceleração do crescimento econômico como meio eficaz para a autodeterminação. Para ele, ambas abordagens utilizavam como parâmetro as economias centrais e o seu desenvolvimento quando na verdade a dinâmica nos países subdesenvolvidos do tipo colonial era outra. (SAMPAIO JR. 1997)

Em *A Revolução Brasileira* (1966), em consonância com os seus textos anteriores *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945), ele defende que, se o que distinguia uma sociedade capitalista de uma feudal eram as relações de produção e se o mais-valor é a forma específica de exploração no capitalismo, o Brasil consistia em um país capitalista, ainda que de caráter colonial, já que era justamente essa relação de produção predominante. Mais ainda, Prado Jr. se opunha à ideia de que havia se formado uma burguesia nacionalista no Brasil avessa aos interesses imperialistas e do próprio latifúndio. Essa havia, na verdade, se associado ao imperialismo e provocado maior dependência com a entrada de capital estrangeiro para a promoção da industrialização já no estágio monopolista do capitalismo que passou a ditar as regras e moldar o mercado interno.

Ao não confundir a ideia de desenvolvimento capitalista com o nacional como faziam os nacional-desenvolvimentistas mas entendendo sua relação, Prado Jr. representou um avanço no que se refere ao enfrentamento



da ideologia do desenvolvimento. Entretanto, contrapunha-se à ideia da necessidade de uma revolução socialista para superar o subdesenvolvimento. Ele acreditava ainda na necessidade de uma revolução nacional capaz de romper as amarras do Brasil-colônia, prendendo-se à ideia de autodeterminação do desenvolvimento nacional.

As primeiras formulações mais sistematizadas de contestação direta da ideologia do desenvolvimento se deram por intelectuais e dirigentes da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop) que vinham desde 1961 buscando contestar as posições *"etapistas e dogmáticas que predominavam no PCB"* (LUCE, 2018, p.10), como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vania Bambirra, considerados os fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Segundo Mathias Luce (2018, p.9), a TMD representou *"a síntese do encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo, esta última formulada, entre outros, por Lenin"* capaz de explicar processos e tendências específicos do capitalismo dependente a partir de categorias originais. Foi ela, portanto, que fez a simples crítica de políticas econômicas na qual estavam acometidas as teses da EPB avançar para o campo da crítica marxista da economia política.

Apesar de as teses da TMD serem, por vezes, interpretadas como a expressão da abordagem do desenvolvimento desigual e combinado e da ideia de Revolução Permanente de Trotski (como fez Mantega, 1984), as bases das suas teses são a própria teoria do valor de Marx e a teoria do imperialismo de Lenin sobre a diferenciação das formações econômico-sociais e o desenvolvimento desigual, ainda que seja possível encontrar pontos de aproximação com as teses da IV Internacional. Seus autores estavam, na verdade, entre aqueles que reivindicavam uma leitura não dogmática e não economicista que havia sido feita até então pela esquerda hegemônica pelo PCB, contestando o etapismo necessário à Revolução Socialista que envolvia um protagonismo da burguesia (LUCE, 2018, p.11). Ocorre que o viés fascista da ditadura empresarial-militar reforçou a tese sobre a necessidade do socialismo já que um estado de "estabilidade liberal" se mostrava insustentável não só no centro mas também na periferia do capitalismo.

A chave para essas interpretações estariam no fato de que a leitura sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista não era mecânica e economicista – confundindo-o com progresso e bem-estar



global que lhe dá um sentido essencialmente positivo – e sim dialética ao incorporarem, além do movimento próprio da contradição, as diferentes mediações econômicas e também políticas e sociais. Não por acaso, enquanto seus opositores haviam sido levados a estratégias reformistas, a TMD apontava para uma estratégia revolucionária, o que não deve ser confundida com a sobreposição de etapas do desenvolvimento histórico, mas sobre o caráter qualitativo das mudanças para além do quantitativo.

Essas teses, no entanto, sofreram recorrentes boicotes e ataques. Além do terror de Estado durante a ditadura empresarial-militar que causou o exílio de seus formuladores foi também combatida pelo dogmatismo teórico e marginalizada pelo neoliberalismo acadêmico. Nesse sentido, além do exílio político, as suas teses teriam sido acometidas a uma espécie de “*exílio teórico em seu país de origem*” (LUCE, 2018, p.11), arquitetada pelos autores que ficaram conhecidos pela sua “teoria da dependência” e pelo já mencionado processo de revisionismo do nacional-desenvolvimentismo. Esses, em especial, não exitaram em atacar a TMD e, em especial, a obra de Marini, distorcendo argumentos e criando falsas teses para poder atacá-la, a exemplo do texto *As Desventuras da dialética da dependência* (1977) publicado pelo Centro Brasileiros de Análise e Planejamento (Cebrap) e largamente difundido no meio acadêmico. A réplica de Marini *Las razones del neodesarrollismo: o porqué me ufano de mí burguesía* (1978), porém, não teve nenhuma circulação no Brasil graças à censura dos membros do Cebrap.

Durante a ditadura empresarial-militar, como a maior parte dos militantes comunistas e socialistas foi assassinada ou ficou na clandestinidade ou no exílio, coube sobretudo à fração progressista da Igreja Católica realizar trabalhos de formação política mas sob um viés menos objetivo e explícito, necessário à sua existência no contexto de dura repressão e de um comando conservador da própria Igreja.

Ao mesmo tempo em que havia se formado um certo consenso de que o trabalho de formação política era condição essencial ao processo revolucionário (IASI, 2004), as organizações socialistas e comunistas estavam impossibilitadas de fazê-lo de forma legal. Foi nesse contexto que passou a se estruturar a Educação Popular (EP), uma prática que, a partir das contribuições de Paulo Freire e da Teologia da Libertação, se consolidaria nas Comunidades Eclesiais de Base na década de 1970. A EP, sem dúvida, apresentava uma influência da perspectiva libertária e, portanto, carregava



uma espécie de resgate da herança anarco-sindicalista que havia inaugurado a formação de base no país.

A EP passou então a ser elemento central das organizações progressistas a partir do final dos anos de 1970 e sobretudo ao longo dos anos de 1980 na decadência da ditadura empresarial-militar e no retorno e ressurgimento de organizações de esquerda como centrais sindicais, partidos e movimentos sociais.

Dessas experiências (que ocorriam não só no Brasil mas em boa parte da América Latina) é que seria formulada por Oscar Jara a Concepção Metodológica Dialética (CMD) em que o processo educativo deveria partir da prática concreta, elevar-se a abstrações teóricas para então retornar à prática e transformá-la, isto é, a práxis sintetizada na fórmula P-T-P (prática-teoria-prática). Essa concepção influenciaria as práticas formativas das três principais organizações da classe trabalhadora surgidas nos anos de 1980: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Por isso essa perspectiva conseguiu atingir uma grande dimensão e criar uma geração de militantes formados nas bases do chamado programa democrático-popular¹⁹. (IASI, 2004)

A formação política no PT foi organizada sobretudo na construção do Instituto Cajamar (INCA) sob coordenação de Paulo Freire, como resolução da Secretaria Nacional de Formação desse partido que formalizou uma série

¹⁹ O “programa democrático-popular” consistia em uma estratégia pela construção do socialismo mas de forma gradual, dadas as condições materiais e concretas em que se encontrava a classe trabalhadora no processo de transição democrática. O diagnóstico que fundamentava essa estratégia pressupunha que o Brasil não teria feito uma transição completa ao capitalismo e nem constituído uma nação, e que a força autocrática das classes dominantes, a imaturidade política das classes trabalhadoras e seu enfraquecimento pelo processo de desindustrialização impediam mudanças radicais. Por esse motivo, seriam necessárias: “1) a construção de um longo processo de acúmulo de forças, através de amplos movimentos de massas que pressionassem a estrutura social ‘de baixo para cima’, por bandeiras de radicalização democrática, por reformas que ampliassem os direitos políticos e sociais da grande maioria da população, articulados por uma orientação socialista (um programa anticapitalista, antilatifundiário e anti-imperialista); e 2) uma frente eleitoral-institucional que fosse capaz de viabilizar a ocupação de posições no interior do Estado, de modo que, a partir da representação parlamentar e da direção de instâncias do Executivo, a pressão extrainstitucional se materializasse na condução das políticas de governo” (BRITO, 2019, p.248).



de programas com cursos e seminários para formação de militantes e que resultaria na 1ª Plenária Nacional de Formação Política em 1986. O INCA, porém, encerrou suas atividades em 1994 não por acaso. A diminuição dos cursos e atividades de formação política e da importância que havia sido dada à EP foram minguando pela própria estratégia democrático-popular quando o PT mudou seu foco da multiplicação de militantes para a ampliação de eleitores. (GASPARIN, 2017)

Essa estratégia, porém, desarmou as classes trabalhadoras ao contribuir para sua desorganização e despolitização. A formação política nunca havia sido o centro da estratégia do PT. O próprio chefe de gabinete dos governos Lula e Dilma e dirigente fundador do PT Gilberto Carvalho admitiu que esse partido abandonou a formação política de sua militância e negligenciou a politização da sociedade (GASPARIN, 2017, p.56). Até a eleição de 1989 o PT possuía organizações de base e núcleos de militantes o que permitia uma amplificação dos debates e, conseqüentemente, uma politização do conjunto da sociedade. Porém, o sentimento de possibilidade da vitória ante a diferença de apenas 3% entre Lula e Collor no segundo turno das eleições fez com que a tática mudasse. O PT finalmente chegou à presidência da república em 2003 com uma pauta reduzidíssima, com apoio regressivo da população (apesar da popularidade de Lula) ao longo dos mandatos e que acabou permitindo um golpe parlamentar em 2016.

A CUT seguiu mais ou menos os mesmos passos do PT. Quando essa central iniciou sua discussão para criar uma escola sindical já haviam passado cerca de três mil pessoas pelas atividades do INCA. Até meados dos anos de 1980, quando em sua criação organizava-se a oposição sindical, a formação política sindical possuía uma perspectiva classista e anticapitalista para formar quadros teórico-políticos. Após esse período, além do fechamento de escolas sindicais, passou-se a substituir essa perspectiva por capacitações de cunho instrumental e corporativista para formação da burocracia sindical e a oferecer cursos profissionalizantes descontextualizados da luta sindical apenas para criar "mão de obra qualificada". (TUMOLO, 2013)

No contexto de redemocratização reascendeu o debate sobre o potencial da educação formal para a hegemonia do proletariado que havia sido reservada à educação não formal e à formação política no período anterior. Até o final dos anos de 1980 foram fartos os trabalhos acadêmicos que buscavam articular diferentes projetos de educação a uma estratégia revolucionária, com destaque às contribuições da pedagogia histórico-crítica



de Demerval Saviani e outras perspectivas de influência gramsciana. Entretanto, ao longo dos anos de 1990 essa perspectiva foi se perdendo em razão da forte ofensiva do ideário neoliberal e da adequação à ordem das principais organizações das classes trabalhadoras que substituíram a luta revolucionária pelos limites impostos pela democracia burguesa. (TUMOLO, 2005; SILVA & TUMOLO, 2010)

Pode-se dizer que a estratégia democrático-nacional, ao longo da década de 1980, foi se transformando em democrático-popular pelo PT da mesma forma como o nacional-desenvolvimentismo foi se transformado desde a década de 1960 até se apresentar como o neodesenvolvimentismo nos anos 2000. Tudo isso ocorreu nos marcos da ideologia do desenvolvimento. Com o diagnóstico de que o capitalismo brasileiro já era maduro e completo, seriam necessários apenas saltos tecnológicos que permitissem ao país acompanhar os avanços das novas revoluções tecnológicas, além de pequenas e graduais reformas democratizantes por meio do jogo democrático-burguês como forma de acumular forças para transformações estruturais futuras. Esse diagnóstico e essa estratégia só sofreriam uma inflexão no PCB (que havia representado a grande força da esquerda até a ditadura empresarial-militar), por exemplo, em 2005 após o rompimento com o governo petista e o aprofundamento de seu processo de reconstrução revolucionária e aproximação à crítica da EPB. Contudo, tanto a EDP como o neodesenvolvimentismo, ainda são dominantes na esquerda brasileira.

Considerações Finais

Pode-se dizer que a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro se deu por duas vias principais: pela hegemonização do pensamento neoclássico nas instituições de ensino e pesquisa, o que minou as possibilidades de elaboração criativa e crítica da EPB; e por um revisionismo de “superação negativa” das teses nacional-desenvolvimentistas.

Esse processo, porém, não ocorreu no campo aberto das disputas teóricas mas pela ofensiva repressora e violenta “bem sucedida” da ditadura empresarial-militar que minou e boicotou o pensamento crítico, em especial o marxista, com perseguição, exílio, prisão, tortura e assassinato.



Ocorre que, ao final do período ditatorial, a resposta do pensamento marxista ainda não tem estado à altura do desafio histórico posto pela luta de classes tanto no que se refere às formulações teóricas como em sua difusão para o conjunto das classes trabalhadoras. O pensamento dito “crítico” e que é hegemônico no campo “progressista”, na realidade, está recheado do ideologismo burguês que já não corresponde mais ao período de sua decadência, mas em puro negacionismo.

Por sua vez, a crise do socialismo real deixou o mundo sem utopias. Na Europa, correntes pós-modernas passam a dominar a agenda política e social. Michael Foucault e Pierre Bourdieu, por exemplo, passaram a ser os intelectuais mais citados e estudados, dentro e fora das universidades, enquanto o marxismo foi sendo progressivamente deixado de lado ou ocupando uma posição cada vez mais marginal na intelectualidade e na política partidária. Contudo, as recorrentes e crescentes crises provocadas pela acumulação do capital não permitem que o marxismo seja totalmente esquecido. Por isso há esforços também para um “renascimento” do marxismo no ocidente²⁰.

O marxismo latino-americano sobreviveu a todas estas intempéries e certamente conseguirá se renovar nas próximas décadas. A destruição da razão, o novo irracionalismo econômico, a crise estrutural do capital, mergulhado em crimes ambientais, desemprego e subemprego estruturais, só tem aprofundado as crises geradas pelo avanço do capital. As soluções capitalistas para os graves problemas gerados pela ofensiva do capital tem empurrado as contradições do sistema para frente mas sem conseguir atenuar estes problemas. Ao contrário, tendem a aprofundá-los.

No Brasil, marxistas como José Paulo Netto, Virgínia Fontes, Plínio de Arruda Sampaio Jr, Ricardo Antunes, Mauro Iasi, dentre inúmeros outros, têm contribuído decisivamente para a renovação do marxismo brasileiro para, quem sabe, superar o neoirracionalismo na região.

Referências

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**, Editora 34, São Paulo – SP, 1996.

²⁰A exemplo do livro *O renascimento de Marx* organizado por Marcello Musto e que divulga uma série de textos com diferentes temas históricos e contemporâneos a partir de uma leitura do próprio Marx e de escritos inéditos.



- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Ideología y desarrollo**: Brasil, 1930-1964. Revista de la CEPAL, n° 45, 1991. pp.155-178.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil**: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. Escritório da CEPAL no Brasil, Brasília, Julho de 2005. Texto preparado para o Seminário "Brasil-Chile: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas", Santiago de Chile, Julho de 2005.
- BRITO, Casius. Os Governos Lula como Realização da Estratégia Democrático-Popular. Em: IASI, Mauro Luis; FIGUEIREDO, Isabel Mansua; SOUZA, Víctor Neves (org.). **A Estratégia Democrático Popular**: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil**: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2aed., 1978.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 32ª ed., 2005 [1959].
- FURTADO, Celso. **Prefácio a Nova economia política**. 2a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1962] 1977.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, [1958] 2009.
- GASPARIN, Geraldo José. **A formação política como necessidade da classe trabalhadora**: a experiência do MST. Dissertação de Mestrado. Unesp, Guararema, 2017.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 26a ed., 9 a reimpressão, 1999.
- LESSA, C; EARP, F. S. Mais Além do II PND: o Instituto Economia da UFRJ. Em SZMRECSÁNYI, T.; e COELHO, F. S. (orgs.), **Ensaio de história econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007.
- LUBLINER, Theo Martins. **A Esquerda da Ordem**: da defesa da industrialização à inserção subalterna da ordem global – estudo sobre o currículo do Instituto de Economia da Unicamp. Dissertação de Mestrado. Unicamp/IE, 2017.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica. In: LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- LUXEMBURGO, Rosa. O que é economia política? [1908-1918] Em: Novaes, H. T.; Macedo, R. F.; Castro, F. (org.). **Introdução à crítica da economia política**. Marília: Lutas Anticapital, 2019, pp.51-116.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação sindical**: entre o conformismo e a crítica. Coleção Educação Popular no 6. São Paulo: Loyola. 1985.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação sindical no Brasil**: história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MANZANO, Sofia Padua. **Desigualdade e Ideologia**: a nova missa em latim. Tese de Doutorado, USP, 2021.



- NETTO, José Paulo. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.
- PRADO, Fernando Correa. **A Ideologia do Desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.
- ROCHA, Antonio Penalves. A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVIII e início do XIX. **Revista de Economia Política**, vol. 13, no4 (52), out-dez/1993.
- ROCHA, Mário Antônio da. Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP. Em: **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro; coordenação de Maria Mello de Malta – Rio de Janeiro: Ipea/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p.247-290, 2011.
- RUBIN, Isaac Illich. **História do Pensamento Econômico**. [1926] Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. LUBLINER, Theo Martins. Prefácio. Em LUBLINER, T. M.; ESPOSITO, M.; PEREIRA, L. R. (org). **A Marcha do Curupira**: o aprofundamento da reversão neocolonial no governos Lula e Dilma. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie**: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. Doutorado. Unicamp, 1997.
- SILVA, Cyntia de Oliveira; TUMOLO, Paulo Sérgio. Formação Política e Projeto Histórico de Classe - a trajetória histórico-política do 13 de Maio NEP – Núcleo de Educação Popular. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 2, n. 2, p.118-131; ago, 2010.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. 2aed. Florianópolis: Em Debate, 2013.

Recebido em 17 mai. 2024 | aceite em 06 jun. 2024

